

Cultura

O FUNERAL QUE O INFANTE SANTO NÃO TEVE

Jorge Filipe de Almeida
professor universitário

Há cem anos que os historiadores debatem o significado dos ‘Painéis de S. Vicente’. Afinal, as tábuas de Nuno Gonçalves podem representar uma cerimónia fúnebre de homenagem ao Infante D. Fernando, morto em Fez em 1443 e cujo corpo só foi recuperado 30 anos depois. A tese é aqui defendida vigorosamente por um universitário que há muito estuda o tema.

O Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) redispôs há poucas semanas a sua coleção de pintura portuguesa, aproveitando a oportunidade para expor os Painéis de S. Vicente em posição de maior destaque.

No site do museu, a nota explicativa da pintura inclui as seguintes linhas: «**Embora permaneça problemático o pleno entendimento da intenção e significado da obra, crê-se que**

da em posição invertida no botim do jovem adolescente do Painei do Infante, foi objeto de leitura paleográfica pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) em dezembro de 2002, na sequência de um pedido coassinado por cerca de duas dezenas de personalidades destacadas da vida cultural e universitária portuguesa.

A data de 1445, dois anos posterior ao falecimento em cativeiro do infante D. Fernando, o Infante Santo, dá a chave iconográfica para a pintura, que representará, afinal, o funeral cristão desejado pelos confrades e contemporâneos para o corpo insepulto daquele infante, retido então nas muralhas de Fez.

O estudo da madeira sobre a qual o políptico foi pintado, empreendido em 2001 pelo professor Peter Klein, a pedido do Instituto Português de Conservação e Restauro, levou aquele especialista a escrever:

A análise dendrocronológica torna assim altamente improvável a datação deste último [o Políptico de S. Vicente de Fora] para os anos de 1460 ou de 1470.

Como explicar que factos tão relevantes para uma pintura

que é um verdadeiro símbolo nacional sejam ocultados ao visitante do MNAA?

O caso, que acrescenta um episódio surpreendente à já centenária ‘Questão dos Painéis’, arrastase há década e meia, mas merece ser revisitado, pois os Portugueses têm direito a informação limpa e honesta sobre uma peça artística que se reveste para eles de valor transcendente.

Rememorando uma investigação

Nas linhas seguintes relatar-se-á sucintamente uma investigação empreendida há quase duas décadas e que esteve na origem do livro **Os Painéis de Nuno Gonçalves** (Jorge Filipe de Almeida, Maria Manuela Barroso de Albuquerque, Editorial Verbo, 2000). Mais fortuita e espontânea do que longamente amadurecida dentro de qualquer contexto institucional, a investigação merece alguma memória por ter proporcionado aos seus dois autores a felicidade intelectual de se terem informado em poucos meses sobre os dados essenciais da temática e de terem obtido resultados que serão, verosimilmente, para ela decisivos.

A investigação teve a sua origem numa visita casual a uma livraria antiquária de Lisboa, no mês de junho de 1998. Deparei-me então com o livro **Os Painéis de São Vicente de Fora** (Armando Vieira Santos, Neogravura, 1959) que me atraiu pela reprodução integral dos rostos pintados no políptico. As dezenas de imagens, organizadas pelo pintor Martins Barata, se bem que quase todas não coloridas, tiravam partido do grande formato do livro e impressionavam pela individualidade severa dos retratos. O texto providenciava uma introdução sóbria e de qualidade às interrogações que envolvem as famosas tábuas desde que estas foram redescobertas no final do século XIX.

Desconhecedor então das subtilidades do debate e do grau de acrimónia que desde há décadas o perturbava, encarei o políptico, *prima facie*, como um quadro histórico que figurava uma cena contemporânea dos retratados. A presença do infante D. Henrique (1394-1460), representado de chapeirão e aparentando a meia-idade, sem sequer estar pintado em primeiro plano, convenceu-

me de imediato que este se encontrava ali acompanhado da família real portuguesa retratada em meados de Quatrocentos.

Facto relevante e portador de significado iconográfico, a figura do santo, duplicada nos dois painéis centrais, levantava uma questão delicada de protocolo: dos dois adultos em primeiro plano aos quais o santo se dirigia e privilegiava com o seu gesto, qual deles era a figura régia? A indumentária de adamascado

verde com debruns dourados destacava pela sua riqueza o adulto com um só joelho em terra a quem o santo apresentava um livro aberto, no Painei do Infante. A proximidade de uma figura feminina com vestes de painéis centrais, levantava uma questão delicada de protocolo: dos dois adultos em primeiro plano aos quais o santo se dirigia e privilegiava com o seu gesto, qual deles era a figura régia? A indumentária de adamascado

Ora, José Saraiva defendera 1445 como ano de finalização do políptico e nesse ano o rei de Portugal, D. Afonso V (o adolescente na pintura), contava treze anos de idade. Sendo ele menor, estava o poder da regência nas mãos de seu tio, o infante D. Pedro (o adulto a quem a vara dourada era entregue). A lógica própria à tese defendida por José Saraiva no seu livro de 1925, **Os Painéis do Infante Santo**, tornava natural a representação póstuma de D. Duarte (o homem de adamascado verde) numa ho-

menagem ao seu irmão D. Fernando, o mártir de Fez (que seria, afinal, o santo representado de dalmática). Límpida explicação para a ambiguidade na identificação da figura régia e para a dupla representação do santo no políptico! Entrevia-se assim uma via de abordagem promissora à análise da pintura.

A leitura de **Os Filhos de D. João I**, que comecei de imediato, possibilitou-me reavivar a memória sobre as contrariedades que, a partir de 1437 e por mais uma dúzia de anos, apartaram a ‘Ínculta Geração’ da felicidade e concórdia em que até então tinham vivido. Esses dramas familiares, que testaram a tempera dos infantes de Avis, eram relatados com verve por Oliveira Martins, levando Eça de Queiroz, em carta dirigida aquele autor, a escrever: «**O teu D. Pedro, o teu D. Duarte, são criações superiores. Eram assim? Se eram, bendita seja a tua arte de ressuscitar! Se não eram, honra à alma nobre que pôde inventar tais almas.**».

Desta forma, entrecortando amiúde a leitura das páginas de Oliveira Martins com a revisi-

tação das veras-efígies daqueles príncipes nas veneráveis tábuas, fui-me embrenhando nas subtilidades da melindrosa ‘Questão dos Painéis’. Neste percurso intelectual fui acompanhado por Maria Manuela Barroso de Albuquerque, minha mãe, coautora de **Os Painéis de Nuno Gonçalves**.

Uma corda aos pés do santo

Das leituras sobre a temática dos Painéis e sobre a arte do século XV, empreendidas nas semanas imediatas, resultaram duas reflexões importantes. A primeira, de caráter geral, fora praticamente ignorada na bibliografia sobre o Políptico de S. Vicente de Fora: a auréola do santo foi figurada com raios abertos e aponta assim para a representação de um beato e não de um santo canonizado, o que levanta as maiores dificuldades à identificação de S. Vicente na pintura. A segunda reporta-se à passagem do **Evangelho de S. João**, discernível no livro aberto ostentado pelo santo e que é a pericope lida no Domingo de Pentecostes. Ora, este domingo ocorrera a 9 de junho de 1443, dia

em que o cadáver nu do infante D. Fernando estivera suspenso de uma corda atada aos seus pés, nas muralhas de Fez. Reconhecendo como é rebuscada a explicação dada pela tese vicentina para a corda pintada aos pés do santo, no Painei do Arcebispo, foi-se insinuando no espírito dos autores a crescente convicção da veracidade da tese fernandina.

A hipótese da figuração de S. Vicente no políptico fora, desde há muito, sujeita a críticas pertinentes: é certo que o diácono é quase invariavelmente representado de dalmática, tal como nas tábuas; no entanto, distintamente do que se verifica nas mesmas, de cabeça descoberta e tonsurado, sendo as exceções muito raras e sempre fora da nossa escola de pintura. Contudo, a alusão vicentina é perceptível no políptico e ela deve-se ao paralelo entre o destino do infante D. Fernando e o do diácono Vicente, santo patrono de Lisboa e da empresa militar em Marrocos. Nuno Gonçalves e os seus contemporâneos viam os mártires irmanados, a um milénio de distância, pelo falecimento em cativeiro, seguido da privação de sepultura condigna, por sanha de >



O livro aberto mostra uma passagem que era lida no Domingo de Pentecostes, o mesmo dia em que o cadáver do Infante esteve suspenso na muralha de Fez